

DESAFIOS DE TRABALHADORES-ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR

**Christiny Leal de Oliveira
Khezia Almeida Araújo Guimarães
Murilo Marques Costa
Renata Sousa Nunes
Lucrecia Ferreira Martins
Rosimeire de Moraes Oliveira**

RESUMO

Vê-se no cotidiano acadêmico cada vez mais a necessidade de trabalhar durante o percurso de formação acadêmica, e com isso, existe uma breve discussão sobre o perfil destes alunos, levantando hipóteses da necessidade destes alunos em ter que trabalhar enquanto estudam. O termo trabalhador-estudante, previsto inclusive em legislação, torna-se frequente no âmbito acadêmico, em que demonstra que grande parte dos discentes tem-se a necessidade de trabalhar durante o percurso de formação. O objetivo desse estudo foi compreender os possíveis desafios que estes estudantes podem ser submetidos a partir da busca de literaturas e materiais elaborados pelo Ministério da Educação em pesquisa com os estudantes. A partir da pesquisa verificou-se a dificuldade de conciliação da carga horária de trabalho e a vida acadêmica, enaltecendo ainda a necessidade de custeio de um pelo outro. Há de se considerar também o desgaste físico e psicológico dos estudantes, visto a dedicação de uma grande parte de tempo diário visto a soma do vínculo empregatício e do desempenho acadêmico numa instituição.

PALAVRAS-CHAVE

Desafio. Ensino Superior. Graduação. Trabalhador-estudante.

INTRODUÇÃO

A universidade se tornou algo essencial na vida das pessoas, o alcance dos níveis mais elevados de educação passou a ser comum na atual conjuntura acadêmica. Em contrapartida não são todas as pessoas que frequentam o meio acadêmico que tem a mesma condição financeira para continuar o percurso, e com isso acabam buscando meios de trabalho para conseguirem manter-se na universidade.

Os alunos que então trabalham enquanto estudam, acabam sendo denominados trabalhadores-estudantes, algo que é regido na Lei nº 07/2009, em que garante todos os direitos de um estudante que trabalha enquanto faz algum curso, seja ele de graduação, pós-graduação, mestrado ou doutorado. Apesar de existir a lei que garante a permanência estudantil dentro das universidades, existe ainda um grande número de pessoas que desistem dos cursos superiores devido à falta de compatibilidade de horário entre estudo e a prática laboral, assim muitos estudantes acabam optando a desistência do curso por condições financeiras.

Em um estudo feito pelo Ministério da Educação, consta dados importantes sobre a educação superior, como a porcentagem de jovens-adultos (18 a 24 anos) que estão matriculados em universidades, sendo representado por 16,3% do total de alunos, outro dado importante apresentado, e que na educação superior brasileira as faculdades particulares detêm a maior parte de alunos vinculados a instituição de ensino (INEP, 2015).

Muitos alunos recorrem a subempregos para conseguir conciliar com seus estudos e acabam escolhendo o período noturno devido à maior flexibilidade, mas muitas vezes insuficientes para conseguir se manter em uma Instituição de Ensino Superior, pois além de usar a renda para se manter em um curso de graduação os mesmos também usam a renda para diversos fins, como por exemplo o sustento familiar ou sustento próprio (MAIER e MATTOS, 2016).

O objetivo desse estudo foi compreender a necessidade empregatícia de trabalhadores-estudantes no ensino superior bem como os possíveis desafios enfrentados e elencados por pesquisas.

REVISÃO DA LITERATURA

O trabalho é bastante importante para o ser humano. Além de fornecer uma renda que garante o suprimento de suas necessidades, também proporciona várias realizações pessoais. O local de serviço também é um ambiente onde se aprende a ter relações interpessoais, a respeitar e conviver com opiniões e diferenças alheias (KUBO e GOUVÊA, 2012).

A relação do trabalho e o estudo é uma atividade que gasta grande parte da condição física e psicológica das pessoas, atualmente bastante comum entre os indivíduos que frequentam o ensino superior, pois a conciliação entre trabalho-estudo muitas vezes tem como propósito a busca de melhoria da condição financeira do estudante (MAIER e MATTOS, 2016).

A educação é tida como direito de todos os brasileiros, assim gerando a ampliação do acesso à educação superior, que começou a ter mais ênfase na Constituição Federal de 1988, assegurando o direito à educação. Para Bittar, Almeida e Veloso (2008), o modo que a Constituição Federal publicou torna-se genérica o termo “garantia de acesso”, pois o mesmo não demonstra sobre a oferta de ensino noturno e nem programas de permanência acadêmica.

No Brasil o termo Trabalhador-estudante é definido no artigo 79 da Lei nº99/2003: considera-se trabalhador-estudante aquele que presta uma atividade sob autoridade e direção de outrem e que frequenta qualquer nível de educação escolar, incluindo cursos de pós-graduação, em instituição de ensino”, sendo categorizado como aquele que trabalha durante todo o percurso acadêmico enfrentado. No ano de 2009 este termo foi atualizado com a Lei nº 7/2009 no seu 89º artigo, abrangendo além dos pós-graduandos, mestrandos e doutorandos.

De acordo com o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, lançado em sua cartilha como projeção de educação desde o nível básico ao superior, demonstra em sua 12ª meta que o percentual de alunos matriculados no ano de 2013 era de 16,3%, entre a faixa etária de 18 a 24 anos, em que o mesmo prevê medidas mitigadoras para garantir que o percentual em 2024 chegue a 50% na mesma faixa de idade (INEP, 2015).

O PNE também demonstra que o ensino superior privado consta com maior número de matrículas do que a graduação pública, sendo como base o ano de 2013, em que o Ensino Público constava com 7,3% de todas as matrículas brutas (sem discriminação de faixa etária), e o ensino privado continha 23% de todas as matrículas brutas, totalizando 30,3% que é a relação de alunos (sem discriminação de idade) matriculados em IES no ano de 2013 (INEP, 2015).

Em média 80% daqueles que estavam encerrando o ensino superior em 2003 e 2004, desejavam a formação profissional sabendo que é a principal ajuda do curso, vêm cursar o superior para conseguir um emprego. O emprego e o aluno podem ser conciliados, pois há o vínculo em tempo parcial e cursos em outros períodos do dia, aquele que consegue fazer tudo isso encaixando em seu tempo que acaba sendo pouco, tem algumas características: emprego parcial, cooperação entre emprego e necessidade, no entanto conseguindo se manter atento nos dois por completo sem tirar a atenção em um e deixar ou outro em desfalque, resultando em atividades que se tornam cansativas e precárias. Com isso o emprego é o mais atingido segundo o estudante por acabar se tornando um serviço incompleto (VARGAS e PAULA, 2013).

DISCUSSÃO

O comprometimento e a evolução do aluno, seja ele do ensino público ou privado é influenciado por diversas circunstâncias. Desde a década de 60, o ensino brasileiro vem sofrendo evoluções e amplificações pelo fato do grande número de alunos matriculados, e com isso a necessidade do desenvolvimento é inevitável. O desempenho do estudante está de acordo com a qualidade da instituição, assim como a envoltura que se encontra em projetos oferecidos pela mesma (FIOR e MERCURI, 2018).

Segundo Ribeiro (2019) nas instituições brasileiras, grande parte dos estudantes estão trabalhando, existem alguns motivos para essa causa, entre elas: necessidade de ajudar a família e também obter experiência para conseguir facilidade no mercado profissional. Pelo que parece essa mesma realidade pode parecer positiva para esta sociedade capitalista, mas na realidade escolar o trabalho acaba exigindo uma carga horária maior que a dos estudos. Para aqueles alunos que estudam em cursos noturnos e que trabalham, as instituições deveriam preparar os alunos para o grande mercado brasileiro, oferecendo a eles bastantes condições, para assim conseguirem o emprego desejado.

As condições de trabalho colocam limites quanto ao turno em que o aluno pode estudar. Por exemplo, se trabalhar 40 horas, o turno da noite será de opção. Caso trabalhando mais de 20 e menos que 40 horas, existe maior chance de estas acompanharem o horário do comércio, resultando ao estudante o período da noite como uma opção. Mas se trabalhar até 20 horas, pode haver que as mesmas ocorram pela manhã, tarde ou até mesmo noite, havendo mais opções de período para o aluno, e ainda assim existe a oferta no trabalho em horário comercial, que provoca outra vez o turno da noite (VARGAS e PAULA, 2013).

As dificuldades de estudo dos alunos são atribuídas ao seu perfil e progresso na instituição numa forma praticamente mecânica entre os docentes. O sistema educacional brasileiro está fixado em apreciar o aluno em tempo integral e não o que impõe o seu melhor contingente. Os cursos com maior crédito na sociedade ou com maiores previsões de salários estão com poucas ou até mesmo sem vagas no período noturno (VARGAS e PAULA, 2013).

De acordo com Auriglietti (2014), existe um fenômeno que se chama evasão escolar, que retira centenas de estudantes que poderiam tornar-se futuros excluídos e da sociedade e mercado de trabalho. Os alunos que por algum motivo deixam os estudos de lado, irão fazer parte de uma

sociedade de pessoas com uma péssima formação educacional, bastante dificuldades, sendo elas: profissional e pessoal em relação à sociedade em que ela vive.

CONCLUSÃO

A necessidade crescente de um aluno de graduação em conseguir conciliar emprego com seus estudos é algo iminente na sociedade contemporânea, pois o estudo se tornou algo necessário na vida de qualquer pessoa, assim atingindo todas as classes sociais, pois os mesmos buscam estabilidade financeira enquanto fazem graduação.

Durante o percurso acadêmico, pode-se observar diversos alunos com necessidade de trabalhar enquanto estudam, isso porque a falta de auxílio financeiro é muito grande, seja para suprir necessidades pessoais, manter os estudos, ou até mesmo para o seu sustento.

O aluno que trabalha acaba sofrendo uma divisão do estudante, mas existe aquele intervalo para poder descansar ou até mesmo para realizar outra atividade estipulada. Distinta é o cenário do aluno que trabalha, pois, o imprevisto não é o serviço e sim os estudos. O estudo sempre parecerá como contingência.

Com isso é possível verificar dificuldades como conciliar a carga horária de emprego, o que é corroborado e intensificado com o fato da necessidade de custeio dos estudos por meio do trabalho. De certa forma ambos são necessários, o desafio é conciliar a realização destes.

REFERÊNCIAS

AURIGLIETTI, R. C. R. **Evasão e abandono escolar: causas, consequências e alternativas – o combate a evasão escolar sob a perspectiva dos alunos**. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE, Cadernos PDE. V1. 2014.

BITTAR, M.; ALMEIDA, C. E. M. de; VELOSO, T. C. M. A. . **Políticas de educação superior: ensino noturno como estratégia de acesso para o estudante-trabalhador**. *Revista Educação Em Questão*, 33(19). 2008.

BRASIL. Decreto-Lei nº 07/2009, de 12 de Fevereiro de 2009. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Assembleia da República, Brasília, DF, nº 30/2009, Série I de 2009-02-12.

_____. Decreto-lei nº 99/2003, de 27 de Agosto de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Assembleia da República, Brasília, DF, n.º 197/2003, Série I-A de 2003-08-27

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 : Linha de Base**. – Brasília, DF : Inep, 2015. 404 p. : il.

FIOR, C. A; MERCURI, E. **Envolvimento acadêmico no ensino superior e características do estudante**. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 19(1), 85-95. 2018.

KUBO, S. H; GOUVÊA, M. A. **Análise de fatores associados ao significado do trabalho**. *R.Adm.*, São Paulo, v.47, n.4, p.540-554, out./nov./dez. 2012

MAIER, S. R de. O; MATTOS, M de. **O trabalhar e o estudar no contexto universitário: uma abordagem com trabalhadores-estudantes**. Santa Maria, v. 42, n.1, p. 179-185, jan./jun. 2016.

RIBEIRO, N. L. **A escola e o jovem aluno-trabalhador**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2221-8.pdf>>. Acesso em 19 Set 2019.

VARGAS, H. M; PAULA, M. de F. C. de. **A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 2, p.459-485, jul. 2013.

